

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9222 | Salvador, 05.12.2025 a 07.12.2025

Presidente em exercício Elder Perez



EDUCAÇÃO

Regra dura,
aposentadoria
mais difícil

Página 2

Atraso reproduz as desigualdades

É indispensável mudar a lógica da educação básica pública no Brasil, onde mais de 4,2 milhões de estudantes estão com dois anos ou mais de atraso

escolar, conforme o Unicef. Uma triste realidade que atinge 12,5% do total de 33 milhões de alunos e termina por reproduzir as desigualdades estruturais no país. Página 4



Regra dura obriga idosos a adiarem a aposentadoria

Reforma da Previdência aumenta o número de pessoas 60+ no mercado

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O BRASIL registrou, ano passado, o maior nível de ocupação entre pessoas com 60 anos ou mais desde 2012. Ao todo, 8,3 milhões de idosos trabalhavam. Entre os 34,1 milhões desta faixa etária, quase um quarto (24,4%) permaneceu ativo no mercado. O número, embora apresentado como avanço, revela a face mais dura da desigualdade: a permanência forçada de uma população vulnerabilizada pelo etarismo e pelas condições

excludentes do mercado.

O aumento no contingente de idosos ocupados não ocorre porque há mais oportunidades dignas, mas porque o país aprofundou medidas que empurram a classe trabalhadora a prolongar a vida de trabalho. A reforma da Previdência obriga o trabalhador a permanecer por mais tempo em atividade, elevando exigências de contribuição e adiando o acesso ao direito de se aposentar, conquista histórica, hoje restringida pela agenda ultraliberal.

Enquanto isto, o etarismo marca profundamente o ambiente de trabalho. Empresas negam oportunidades de requalificação e reforçam um sistema que valoriza apenas a lógica produtivista, ignorando décadas de experiência acumulada por esta população.



BC bloqueia 1.630 tentativas de fraudes

IMPRESSIONANTE, em dois dias o Protege+, novo programa do Banco Central, bloqueou 1.630 tentativas de abertura de contas fraudulentas. Segundo o BC, 145,5 mil indivíduos ativaram a proteção, que é gratuita e oferece o serviço para pessoas físicas e jurídicas.

O mecanismo rastreia a abertura de contas correntes, poupança e contas de pagamento pré-pagas. Por meio da ferramenta, o usuário pode comunicar oficialmente a recusa da abertura de novas contas, bem como a inclusão de titular ou representante em contas de terceiros, além de obrigar os bancos a consultarem o sistema antes da criação de novos cadastros.

O BC Protege+ só pode ser ativado com a conta Gov.com.



Protege+ quer evitar dor de cabeça

O plano é acabar com os golpes

AS FRAUDES bancárias digitais crescem exponencialmente. Os golpistas estão cada vez mais ousados e sofisticados. Para coibir os crimes, o governo federal lançou, junto com o sistema financeiro, um plano de ação.

A Aliança de Combate a Fraudes Digitais Bancárias foi criada para combater a fraude de forma ampla e integrada. As medidas vão desde a prevenção e

educação do consumidor, a detecção e resposta rápida, até a repressão e recuperação de ativos.

Entre as iniciativas, aprimoramento dos processos de prevenção a fraudes e golpes; intensificação do combate e repressão.



DICA CULTURAL

Zizi Possi na Caixa Cultural

A cantora Zizi Posso apresenta o espetáculo *De Volta ao Começo*, show em formato intimista de voz e piano hoje e amanhã às 20h, e domingo às 19h, na Caixa Cultural.

Acompanhada do maestro Jether Garotti, Zizi Possi encanta o público com músicas clás-

sicas de Gonzaguinha, Edu Lobo, Chico Buarque e Herbert Vianna que se unem a sucessos da cantora. A Caixa Cultural dispõe de estacionamento gratuito. Os ingressos custam R\$ 30,00 (inteira) e R\$ 15,00 (meia) e podem ser adquiridos através da plataforma Sympla.

Inclusão digital desprotegida

Digitalização bancária precariza relações e eleva a inadimplência

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

OS ÚLTIMOS anos foram marcados por mudanças digitais no setor financeiro. A criação do Pix, o avanço das fintechs e a implementação do Open Finance expandiram o acesso ao sistema bancário, incorporando milhões de brasileiros historicamente excluídos. Trata-se de um movimento que altera a forma de consumir serviços e o significado de ter conta bancária e participar da economia.

A chegada dos “novos bancarizados” escancara uma contra-

dição central. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso e pode representar uma ferramenta de emancipação para populações antes marginalizadas, também submete esses grupos a um sistema de vigilância de dados, oferta agressiva de crédito e endividamento em escala inédita.

As fintechs popularizaram o microcrédito via aplicativo, com liberações de R\$ 100,00 a R\$ 1.000,00 em poucos minutos. O modelo, apresentado como inovação, impulsionou o endividamento nas classes C e D, pressionadas pelo consumo digital e pelo crédito fácil.

Dados do Serasa mostram que quase metade dos novos bancarizados se torna inadimplente em até dois anos após abrir



contas digitais, revelando a face mais perversa desse processo.

Embora muitos tratem o fenômeno como avanço, a digitalização é usada para precarizar as relações bancárias,

substituir agências físicas por atendimentos remotos insuficientes e reduzir postos de trabalho, aprofundando a lógica ultraliberal de corte de custos às custas da população.



Itaú na mira do GT de Saúde

O GT (Grupo de Trabalho) de Saúde confrontou o Itaú após uma série de denúncias que expõe um conjunto de práticas abusivas na gestão do banco. A reunião respondeu as convocações irregulares para ACL (Avaliação de Capacidade Laborativa), ao canal de denúncias frágil e as falhas persistentes do IU Conecta, que bloqueiam direitos de trabalhadores afastados.

O problema é resultado de uma política que não liga para limites legais e amplia o adoecimento. As cobranças forçaram o banco a rever fluxos, a explicar descontos salariais e assumir compromissos formais diante de casos de assédio.

O GT sustenta a defesa da dignidade dos trabalhadores diante de práticas que aprofundam o sofrimento. A insistência do Itaú em acionar empregados com contrato suspenso, somada a um canal de denúncias incapaz de resguardar quem faz a denúncia, revela uma estrutura que coloca vigilância acima de cuidado.

Nenhuma agência a menos

O FECHAMENTO de agências da Caixa representa mais um ataque direto aos direitos da população e às condições de trabalho dos empregados. O Sindicato dos Bancários da Bahia destaca, nas visitas realizadas às unidades, a necessidade de garantir que nenhum trabalhador seja prejudicado e todos tenham direito à realocação em locais de sua preferência, com condições dignas e segurança no exercício da função.

A decisão de fechar unidades desrespeita o caráter público da Caixa, instituição fundamental na implementação de políticas sociais essenciais. A redução da capilaridade do banco atinge principalmente re-



Dirigentes do Sindicato percorrem as agências...

giões que já sofrem com a falta de serviços bancários, aprofundando desigualdades e limitando o acesso da população a programas sociais que sustentam milhões de famílias brasileiras.



...ouvem demandas dos bancários e distribuem o jornal diário *O Bancário*

Enquanto bancos privados operam sob a lógica exclusiva do lucro, a Caixa tem missão social que não pode ser submetida ao receituário ultraliberal de encolhimento do Estado e privatização disfarçada. A defesa do fortalecimento da instituição passa pela ampliação de agências, especialmente em municípios onde é a única presença bancária, garantindo atendimento público, inclusivo e de qualidade.

Atraso escolar é projeto de poder

A exclusão educacional mantém o sistema de desigualdades no país

KATRIANE SANTOS
imprensa@bancariosbahia.org.br

MAIS de 4,2 milhões de estudantes da educação básica no Brasil estão com dois anos ou mais de atraso escolar, segundo levantamento do Unicef com dados do ano passado. O número representa 12,5% dos mais de 33 milhões de alunos da rede pública e escancara uma realidade brutal: a exclusão educacional segue como ferramenta de manutenção das desigualdades estruturais no país.

Apesar da leve redução em relação a 2023, quando a taxa de distorção idade-série era de 13,4%, o índice segue alarmante. O dado aponta não só para falhas históricas



de gestão e financiamento, mas para as consequências dos ataques neoliberais à escola pública, que enfraqueceram políticas sociais e aprofundaram a precarização do ensino.

Com os governos Temer e Bolsonaro, o país sofreu com cortes orçamentários, desprezo pela ciência e destruição de programas estruturantes. A herança do desmonte promovido por governos ultraliberais ainda é sentida nos corredores das escolas públicas, especialmente nas periferias e zonas rurais, onde a educação é, muitas vezes, a única ponte possível para transformação social.

O governo Lula retomou políticas educacionais que visam reconstruir parte deste cenário. A prioridade dada à alfabetização, à reformulação do ensino médio e à criação do programa Pé de Meia representam passos importantes, traçando um caminho para reconstrução, mas o problema é profundo.



Ensino superior segue desigual

A NOVA pesquisa do IBGE escancara a distância social que molda o acesso à educação no Brasil. As crianças mais vulneráveis somavam, ano passado, 41% dos alunos na pré-escola, mas, somente 12% desse público consegue chegar à universidade pública. O dado reforça que o país continua a negar oportunidades a quem mais precisa.

No ensino superior privado, 6,8% dos estudantes pertencem à faixa de menor rendimento, enquanto os 20% mais ricos ocupam 28% das vagas das universidades públicas. Quer dizer, o financiamento público acaba, na prática, beneficiando majoritariamente quem já dispõe de condições econômicas mais favoráveis.



A desigualdade de renda impede o acesso e a permanência no ensino superior. Se trata de uma realidade marcada por jornadas exaustivas, necessidade imediata de renda e ausência de políticas de permanência que garantam estudo e trabalho.

SAQUE | Rogaciano Medeiros

NOVAMENTE STF Mais uma vez, o STF livra o Estado democrático de direito da sanha golpista da extrema direita, com a decisão de Gilmar Mendes de só permitir à PGR (Procuradoria-Geral da República) o direito de encaminhar ao Senado pedido de *impeachment* de ministro do Supremo. A liminar já está vigorando, embora seja necessário confirmação em votação no pleno da Corte.

JUSTIÇA PROTEGIDA A liminar de Gilmar Mendes, do STF, responde ADPFs (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) ajuizadas pelo Solidariedade e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), para barrar o plano da direitona - os mesmos da trama golpista - de usar a maioria que hoje detém no Legislativo para chantagear e manipular as decisões do Judiciário.

AMPARO LEGAL Na política, tudo é questionável, não há verdade absoluta e precisa levar em conta o contexto. A decisão de limitar à PGR o pedido de *impeachment* para ministro do Supremo tem amparo legal e responde a uma exigência da conjuntura, diante das ameaças às instituições pelo golpismo da extrema direita. O resto é “mimimi” de bolsonaristas e lamento dos equivocados.

BASTA CONFERIR A imensa maioria dos que bravejam contra a liminar de Gilmar Mendes para moralizar pedidos de *impeachment* de ministro do STF defende anistia para golpistas, queria impor a PEC da bandidagem, ataca a isenção de IR para até R\$ 5 mil/mês, recusa taxação dos super-ricos e se opõe às políticas públicas: leia-se bolsonaristas, Centrão, bancadas do boi, da bala e da bíblia. O lixo.

MAIORIA REAÇÃO O fato de até hoje o presidente da Câmara, Hugo Motta (PR-PB), não ter cassado os mandatos de Eduardo Bolsonaro, autoexilado há 10 meses nos EUA, Zambelli, condenada no Brasil e presa na Itália, além de Ramagem, fugitivo da Justiça, reafirma a imoralidade predominante no Legislativo, dominado por uma maioria desqualificada, sem o menor princípio republicano.